



SIMULAPRO

— Treine. Evolua. Passe. —

SIMULADO

04



PREPARE-SE COMO QUEM
QUER FAZER PARTE.

MPES

AGENTE DE APOIO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO



QUESTÕES
NO ESTILO
DA BANCA



CONTEÚDO
ATUALIZADO



DESEMPENHO
DETALHADO



FOCO NA
SUA APROVAÇÃO



TREINE. EVOLUA. PASSE.



Resumo do cargo

Material preparado para treino direcionado, com questões objetivas e gabarito comentado.

Orientações gerais

- Leia cada questão com atenção antes de responder.
- Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
- Confira o gabarito apenas ao final.

Estrutura do simulado

Disciplina	Questões
Língua Portuguesa	15
Raciocínio Lógico matemático	5
Legislação e Código de Ética do MPES	10
Noções de Direito Constitucional e de Direito Administrativo	15
Noções de Administração e de Administração Pública	15



Língua Portuguesa

Questão 1

No texto, a crítica do autor acerca do impacto da digitalização nos canais de atendimento baseia-se na identificação de:

- A) Um declínio técnico na segurança de dados, gerado pela ausência de filtros cibernéticos nas plataformas estatais.
- B) Um deslocamento de responsabilidades operacionais para o usuário, camuflado sob o preceito de emancipação tecnológica.
- C) Uma obsolescência planejada dos sistemas digitais, com o intuito de forçar o retorno ao atendimento presencial.
- D) Uma redução drástica no volume de demandas cíveis, motivada pela simplificação excessiva dos formulários virtuais.
- E) Uma incompatibilidade estrita de natureza orçamentária, que impede a devida expansão das redes de ouvidoria eletrônica.

Questão 2

No contexto em que está inserido, o vocábulo destacado em itálico possui sentido equivalente a:

- A) Irrefutável.
- B) Falaciosa.
- C) Inócua.
- D) Prodigiosa.
- E) Subsidiária.

Questão 3

Assinale a alternativa que preenche a lacuna do período acima introduzindo um nexos adversativo adequado e em estrita conformidade com a norma-padrão:

- A) porquanto
- B) conquanto
- C) não obstante
- D) por conseguinte
- E) à medida que

Questão 4

Se a hipótese do período acima fosse transposta para o tempo futuro, mantendo-se a correlação lógica exigida pelas diretrizes gramaticais da norma-padrão, as formas assumidas pelos verbos em destaque seriam, respectivamente:

- A) interpor — suspenderá
- B) interpuser — suspenderá
- C) interporia — suspendesse
- D) interpusesse — suspenda
- E) interpuser — suspenderia

Questão 5

Assinale a alternativa que apresenta a frase estruturada em estrita observância às regras de concordância verbal da norma-padrão da língua:

- A) Fixou-se, após intensos debates, os novos critérios de produtividade para os servidores da secretaria.
- B) Fazem aproximadamente três semanas que os autos digitais foram encaminhados à comissão de disciplina.
- C) Cerca de trinta por cento do acervo documental foi reclassificado pela equipe técnica de arquivamento.
- D) Devem haver outras cópias do edital licitatório arquivadas na pasta de documentos sigilosos.
- E) Fomos nós quem organizou as pastas de temporalidade, mas foram eles que definiu as metas.

Questão 6

Assinale a opção que reescreve o período acima de modo a restabelecer o paralelismo sintático exigido pela norma culta:

- A) A portaria normativa visa não apenas instituir o bônus de eficiência, mas também visar a melhoria do clima organizacional.
- B) A portaria normativa visa não apenas à instituição do bônus de eficiência, mas também a melhorar o clima organizacional.
- C) A portaria normativa visa não apenas à instituição do bônus de eficiência, mas também à melhoria do clima organizacional da instituição.
- D) A portaria normativa visa tanto instituir o bônus de eficiência quanto à melhoria do clima organizacional.
- E) A portaria normativa visa não só a instituição do bônus de eficiência, como também visar à melhoria do clima organizacional.

Questão 7

As lacunas do fragmento de texto devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- A) à — a — às
- B) a — à — as
- C) à — às — a
- D) a — a — as
- E) à — a — as

Questão 8

A inserção de vírgulas para isolar a oração adjetiva inserida no período ('Os candidatos com deficiência, que apresentaram o laudo médico dentro do prazo regulamentar, foram convocados...') provocaria a seguinte modificação de sentido:

- A) Nenhuma, dado que as vírgulas em adjuntos extensos possuem função meramente orçamentária ou estilística.
- B) Indicaria que a totalidade dos candidatos com deficiência inscritos apresentou o laudo dentro do prazo e foi convocada.
- C) Restringiria o universo de convocados, apontando que uma parcela desses candidatos esqueceu de anexar a documentação.
- D) Inverteria a ordem de agência, transformando o laudo médico no sujeito passivo da ação de convocação.
- E) Introduziria um nexos condicional, condicionando a convocação ao julgamento discricionário da banca.

Questão 9

De acordo com os preceitos normativos de regência nominal e verbal, as lacunas do fragmento de texto devem ser preenchidas por:

- A) aos — do que às
- B) com os — as
- C) aos — às
- D) pelos — que as
- E) nos — do que as

Questão 10

A locução conjuntiva sublinhada no período introduz uma oração subordinada adverbial que expressa circunstância de:

- A) Concessão.
- B) Conformidade.
- C) Causa.
- D) Proporção.
- E) Condição.

Questão 11

Atendendo rigorosamente aos critérios formais de colocação pronominal determinados pela norma-padrão da língua, as lacunas devem ser preenchidas por:

- A) encontrava-se — dispôs-se
- B) se encontrava — dispôs-se
- C) encontrava-se — se dispôs
- D) se encontrava — se dispôs
- E) encontrava se — dispôs se

Questão 12

Morfologicamente, os vocábulos destacados classificam-se, na ordem em que aparecem no texto, como:

- A) Substantivo e Adjetivo.
- B) Adjetivo e Advérbio.
- C) Adjetivo e Adjetivo.
- D) Advérbio e Advérbio.
- E) Substantivo e Advérbio.

Questão 13

Os fragmentos textuais destacados em itálico configuram, de maneira respectiva, exemplos de:

- A) Metonímia e Antítese.
- B) Metáfora e Metáfora.
- C) Hipérbole e Paradoxo.
- D) Prosopopeia e Eufemismo.
- E) Catacrese e Sinestesia.

Questão 14

As lacunas contidas no texto devem ser preenchidas, atendendo aos preceitos de concordância nominal, pelas formas:

- A) em anexo — inválido — bastante
- B) anexas — inválida — bastantes
- C) anexas — inválido — bastante
- D) anexo — inválida — bastantes
- E) em anexo — inválida — bastante

Questão 15

As palavras assinaladas em destaque justificam sua grafia e acentuação gráfica com base nas seguintes regras:

- A) Sufixo indicador de substantivo derivado de adjetivo (-ez) / Palavra paroxítona terminada na consoante -l.
- B) Uso de fonema sibilante por razões de etimologia histórica / Palavra oxítona terminada em ditongo decrescente.
- C) Sufixo indicador de coletivo nominal / Palavra proparoxítona decorrente de acentuação de hiato.
- D) Uso de consoante sibilante intervocálica / Palavra paroxítona terminada em ditongo oral.
- E) Grafia fixada por derivação regressiva verbal / Palavra oxítona terminada em consoante líquida.

Raciocínio Lógico matemático

Questão 16

Sabendo que a comissão de Patrimônio é coordenada pelo único técnico que diz a verdade, e que os coordenadores das demais comissões fizeram declarações falsas, as comissões de Wagner, Renato e Sávio são, respectivamente:

- A) Licitações, Pessoal e Patrimônio.
- B) Patrimônio, Licitações e Pessoal.
- C) Pessoal, Patrimônio e Licitações.
- D) Licitações, Patrimônio e Pessoal.
- E) Pessoal, Licitações e Patrimônio.

Questão 17

Considerando os princípios da lógica proposicional clássica, a diretriz estabelecida pelo analista é logicamente equivalente à seguinte afirmação:

- A) Se o processo digital não contiver informações de natureza sigilosa, então o acesso público externo estará liberado.
- B) O processo digital não contém informações de natureza sigilosa ou o acesso público externo não está liberado.
- C) O processo digital contém informações de natureza sigilosa e o acesso público externo não está liberado.
- D) Se o acesso público externo não estiver liberado, então o processo digital contém informações de natureza sigilosa.
- E) O processo digital contém informações de natureza sigilosa ou o acesso público externo está liberado.

Questão 18

Cumprindo-se rigorosamente os critérios formais de proporcionalidade inversa estipulados pela coordenação, o total de processos que a promotoria A receberá a mais do que a promotoria B é igual a:

- A) 40
- B) 60
- C) 80
- D) 90
- E) 150

Questão 19

Considerando os parâmetros de proporcionalidade geométrica informados no projeto, a área total dessa região delimitada de segurança é de:

- A) 864 m²
- B) 576 m²
- C) 432 m²
- D) 360 m²
- E) 216 m²

Questão 20

Considerando que todos os 4 dígitos da sequência informada são algarismos distintos entre si (de 0 a 9), o produto entre o primeiro e o terceiro dígito dessa senha é igual a:

- A) 15
- B) 10
- C) 9
- D) 6
- E) 4

Legislação e Código de Ética do MPES

Questão 21

Segundo os preceitos expressos de competência orgânica regulados pela Lei Complementar Estadual nº 95/1997, a edição de atos normativos que fixem as atribuições das Promotorias de Justiça e organizem a divisão de trabalho interna compete ao:

- A) Governador do Estado por meio de decreto normativo de avocação.
- B) Procurador-Geral de Justiça, mediante proposta ou aprovação do Colégio de Procuradores ou do Conselho Superior, conforme a matéria.
- C) Presidente do Tribunal de Justiça por simetria jurisdicional ordinária.
- D) Secretário de Estado da Justiça e Cidadania privativamente.
- E) Comitê gestor de servidores efetivos do grupo ocupacional administrativo.

Questão 22

Conforme as definições formais contidas no Artigo 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), o processo técnico por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador, chama-se:

- A) Anonimização irrevogável de arquivos permanentes.
- B) Pseudonimização.
- C) Convalidação compulsória cadastral.
- D) Desidratação de metadados informativos.
- E) Temporalidade documental digital restrita.

Questão 23

Em conformidade com as diretrizes de governança instituídas pela Portaria PGJ nº 897/2023, a autoridade interna designada pelo Procurador-Geral de Justiça para atuar como canal de comunicação entre o MPES, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é denominada:

- A) Operador terceirizado exclusivo.
- B) Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO - Data Protection Officer).
- C) Corregedor-Geral de Transparência Cível.
- D) Ouvidor Geral de Atendimento ao Cidadão.
- E) Secretário Executivo da Comissão Permanente de Licitação.

Questão 24

Considerando as regras rígidas de organização dos poderes e as funções essenciais à justiça expressas na Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989, a referida proposta de emenda é constitucionalmente:

- A) Válida, haja vista que a Assembleia Legislativa detém soberania absoluta para alterar a estrutura orgânica de qualquer instituição estadual.
- B) Inválida, pois as garantias institucionais conferidas ao Ministério Público (vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade) guardam simetria obrigatória com o modelo federal e atuam como cláusulas pétreas protetoras da independência do órgão.
- C) Válida temporariamente, sob a condição de que a proposta receba homologação posterior chancelada por decreto do Governador.
- D) Inválida unicamente por vício de iniciativa formal, visto que emendas sobre garantias ministeriais são de iniciativa exclusiva do Tribunal de Contas.
- E) Válida, desde que sua aplicação restrinja-se aos Promotores de Justiça que atuem na entrância inicial de comarcas de menor população.

Questão 25

Conforme a divisão de competências orgânicas e funcionais reguladas pela Lei Complementar Estadual nº 95/1997, os órgãos que integram as estruturas administrativas do Ministério Público capixaba e atuam como Órgãos Auxiliares da instituição são:

- A) O Colégio de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior exclusivamente.
- B) Os centros de apoio operacional, a Ouvidoria do Ministério Público, os órgãos de apoio administrativo e os estagiários da instituição.
- C) As secretarias de controle contábil vinculadas ao Tribunal de Contas do Estado.
- D) As varas especializadas de fazenda pública estadual integrantes do Tribunal de Justiça.
- E) Os comitês externos mistos formados por indicações diretas feitas pelo Governador.

Questão 26

Frente às diretrizes éticas imperativas contidas na Resolução CNMP nº 261/2023 (Código de Ética), a conduta do servidor em receber tais cortesias e facilidades caracteriza:

- A) Atividade legítima amparada nos preceitos de cortesia social e relacionamento interpessoal ordinário.
- B) Infração ética grave, violando o dever de integridade, independência e isenção, uma vez que o integrante do órgão não deve aceitar presentes, vantagens ou privilégios de partes ou pessoas ligadas a investigados no órgão.
- C) Mera irregularidade informal sanável com a juntada de declaração de bens atualizada à plataforma SEI.
- D) Conduta permitida, desde que as diárias de hospedagem tenham sido utilizadas em período de férias regulamentares do agente público.
- E) Ato de improbidade civil direto que acarreta demissão imediata sumária dispensando contraditório prévio.

Questão 27

Conforme as regras formais de deliberação inscritas na Lei Complementar Estadual nº 95/1997, para que um membro da carreira recuse justificadamente uma remoção ou promoção compulsória por interesse público, a decisão do Conselho Superior deve atingir o seguinte quórum de votação:

- A) Maioria simples dos membros presentes na sessão ordinária da Assembleia Legislativa.
- B) Maioria absoluta de dois terços dos componentes do Conselho Superior ou do Colégio de Procuradores, conforme o caso, assegurada ampla defesa.
- C) Decisão monocrática e discricionária do Procurador-Geral de Justiça independentemente de votação colegiada.
- D) Aprovação unânime de todos os prefeitos das comarcas que integrem a respectiva entrância especial.
- E) Metade mais um dos analistas efetivos estáveis lotados no grupo ocupacional administrativo local.

Questão 28

De acordo com os limites legais impostos ao exercício dos direitos dos titulares previstos pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD), o requerimento de eliminação total de dados contidos em acervos processuais históricos judiciais ou de persecução criminal deve ser:

- A) Atendido imediatamente de forma compulsória, sob pena de aplicação de multa pecuniária pela ANPD.
- B) Rejeitado ou mitigado, uma vez que a LGPD excetua de sua aplicação irrestrita o tratamento de dados realizado para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e persecução de infrações penais.
- C) Encaminhado para a chancela discricionária e homologação obrigatória por escrito do Governador do Estado.
- D) Atendido, sob a condição de que o cidadão pague as taxas de destruição digital dos metadados permanentes.
- E) Processado no SEI por meio da transferência compulsória do prontuário para empresas de publicidade comercial.

Questão 29

Frente às diretrizes imperativas e aos parâmetros de segurança instituídos pela Portaria PGJ nº 897/2023, o compartilhamento de credenciais individuais de acesso em ambiente corporativo configura:

- A) Atividade lícita, amparada nos preceitos gerenciais de colaboração recíproca e relacionamento interpessoal integrado.
- B) Conduta irregular, violando os princípios da segurança da informação, da rastreabilidade e da confidencialidade, uma vez que o acesso deve ser individualizado, pessoal e intransferível.
- C) Prática recomendada pela Diretoria de TI para economizar espaço de armazenamento de metadados nos servidores.
- D) Mera falta de cortesia procedimental que dispensa anotação ou registro nas planilhas funcionais de correição.
- E) Ato de improbidade civil com sanção automática de suspensão do bônus de eficiência gerencial de todo o setor.

Questão 30

Com base nas disposições expressas inscritas na Lei Complementar Estadual nº 95/1997 (Lei Orgânica do MPES), assinale a opção que apresenta uma conduta vedada de forma absoluta ao membro da instituição:

- A) Exercer o magistério em curso de pós-graduação jurídica, desde que haja compatibilidade estrita de horários com as funções.
- B) Exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério, e exercer a atividade político-partidária.
- C) Participar de congressos, simpósios ou seminários técnicos voltados ao aperfeiçoamento acadêmico e institucional.
- D) Integrar comissões examinadoras de concursos públicos promovidos por prefeituras locais conveniadas.
- E) Peticionar administrativamente à Procuradoria-Geral exigindo a revisão de suas verbas e diárias acumuladas.

Noções de Direito Constitucional e de Direito Administrativo

Questão 31

Um Promotor de Justiça instaurou Inquérito Civil para apurar possíveis irregularidades na contratação de servidores temporários por uma autarquia estadual. Durante as investigações, a autarquia negou acesso aos autos do processo de contratação, alegando que o sigilo era necessário para preservar a intimidade dos candidatos. Diante das regras da Lei de Acesso à Informação e das prerrogativas do Ministério Público, a recusa da autarquia é:

- A) Legítima, pois as informações que afetam a intimidade de particulares possuem sigilo absoluto por até 100 anos, sobrepondo-se ao poder de requisição do Ministério Público.
- B) Ilegítima, pois o princípio da publicidade rege a Administração e os processos de contratação pública envolvem o erário, não podendo o argumento de proteção à intimidade mitigar as prerrogativas constitucionais de requisição do Ministério Público.
- C) Legítima, desde que a autarquia comprove que a vedação de acesso foi ratificada previamente por ato motivado do Governador do Estado.
- D) Ilegítima, apenas porque a LAI não prevê nenhuma hipótese de restrição de acesso a dados baseada na intimidade ou vida privada dos cidadãos.
- E) Legítima, devendo o Ministério Público requerer a quebra do sigilo perante o Poder Judiciário competente.

Questão 32

Em uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público, restou demonstrado que um Prefeito dispensou indevidamente licitação para beneficiar empresa de um aliado político, gerando enriquecimento ilícito do terceiro. Diante das profundas modificações da Lei nº 14.230/21 na LIA, assinale a afirmativa correta sobre o elemento subjetivo e as sanções:

- A) A conduta pode ser punida a título de culpa grave, haja vista o prejuízo presumido (*in re ipsa*) decorrente da dispensa indevida de licitação.
- B) Exige-se a demonstração do dolo específico, caracterizado pela vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado em lei, não bastando a mera voluntariedade do agente.
- C) As sanções políticas de suspensão dos direitos políticos foram unificadas no prazo fixo e improrrogável de 5 anos para qualquer hipótese de improbidade.
- D) O Ministério Público perdeu a legitimidade exclusiva para propor a referida ação, restabelecendo-se a concorrência plena com a pessoa jurídica interessada.
- E) A nova lei aboliu a aplicação de multas civis cumulativas quando houver condenação criminal transitada em julgado pelo mesmo fato.

Questão 33

O Estado editou uma lei instituindo uma gratificação de desempenho voltada exclusivamente aos policiais civis na ativa. Uma associação de policiais aposentados impetrou Mandado de Segurança visando à extensão da vantagem aos inativos, invocando o princípio da paridade remuneratória. À luz do entendimento sumulado do STF sobre vantagens e paridade, a pretensão dos inativos será considerada jurídica e constitucionalmente:

- A) Procedente, pois o princípio da isonomia impede qualquer diferenciação remuneratória entre servidores ativos e inativos da mesma carreira.
- B) Improcedente, se a gratificação possuir natureza jurídica 'propter laborem', ou seja, vinculada ao efetivo exercício e ao desempenho da atividade, não se estendendo automaticamente aos aposentados.
- C) Procedente, desde que a associação comprove o impacto inflacionário negativo sobre as pensões dos inativos nos últimos doze meses.
- D) Improcedente, unicamente porque associações de classe não possuem legitimidade ativa para impetrar Mandado de Segurança Coletivo.
- E) Procedente, uma vez que toda e qualquer vantagem instituída para os ativos deve ser obrigatoriamente estendida aos inativos por força do princípio do direito adquirido.

Questão 34

No âmbito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a disponibilização de acesso externo a um usuário que não integra os quadros funcionais do Ministério Público (como um advogado ou perito assistente) para assinatura eletrônica de contratos ou termos específicos deve obedecer a regras formais. Sobre a validade jurídica desses atos no processo eletrônico, assinale a afirmativa correta:

- A) O acesso externo dispensa cadastramento prévio, bastando a indicação do CPF do profissional pela secretaria do órgão.
- B) A assinatura do usuário externo por meio de usuário e senha cadastrados no sistema possui eficácia jurídica equivalente à assinatura física, desde que precedida de identificação e aceitação dos termos de uso.
- C) Documentos assinados por usuários externos no SEI necessitam obrigatoriamente de posterior impressão e reconhecimento de firma em cartório.
- D) O SEI veda terminantemente a prática de qualquer ato processual ou assinatura por agentes que não pertençam à estrutura interna do órgão.
- E) A assinatura do usuário externo só é considerada válida se efetuada mediante certificado digital do padrão ICP-Brasil comprada de forma compulsória.

Questão 35

Um Governador de Estado editou um decreto autônomo extinguindo diversas funções e cargos públicos que se encontravam vagos na estrutura do Poder Executivo. Partidos políticos de oposição questionaram a constitucionalidade do ato, sob o argumento de que a extinção de cargos exigiria lei em sentido estrito. À luz das competências privativas do Chefe do Executivo delineadas na CRFB/88 (Art. 84, VI), o decreto do Governador é:

- A) Inconstitucional, pois a criação, transformação e extinção de qualquer cargo público dependem estritamente de lei de iniciativa do Executivo aprovada pelo Legislativo.
- B) Constitucional, visto que o Chefe do Poder Executivo pode dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração estadual quando isso não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos, bem como sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- C) Inconstitucional, porque os decretos autônomos foram inteiramente banidos do ordenamento brasileiro pela Emenda Constitucional nº 45/04.
- D) Constitucional, desde que a extinção dos cargos vagos seja ratificada pelo Conselho Nacional de Justiça no prazo de 90 dias.
- E) Inconstitucional, pois a matéria é de iniciativa reservada exclusiva do Poder Judiciário e das mesas diretivas da Assembleia.

Questão 36

Uma concessionária de transporte público coletivo interestadual pleiteou a revisão tarifária extraordinária do contrato administrativo, alegando a ocorrência de deflação setorial drástica acompanhada por intervenções regulatórias severas imprevistas. Sabendo que o equilíbrio econômico-financeiro possui proteção constitucional, assinale a afirmativa correta segundo os critérios da jurisprudência da FGV:

- A) O equilíbrio econômico-financeiro protege apenas o interesse da Administração Pública, visando à modicidade tarifária contínua.
- B) A recomposição da equação econômico-financeira do contrato pressupõe a ocorrência de álea extraordinária, imprevisível ou de efeitos incalculáveis, que desestruture severamente a relação original entre encargos e vantagens.
- C) Modificações unilaterais promovidas pela Administração no objeto contratual não ensejam direito a reajuste ou indenizações.
- D) Riscos ordinários de mercado, decorrentes de flutuações sazonais comuns de demanda, justificam a revisão imediata do contrato.
- E) A concessionária não poderá paralisar as atividades mesmo diante de inadimplemento absoluto da Administração por prazo superior a doze meses.

Questão 37

Diante de um quadro continuado de grave violação dos direitos humanos fundamentais em presídios sob a gerência direta de determinado Estado-membro, o Procurador-Geral da República decide acionar os mecanismos de controle federativo coercitivo. Para viabilizar a decretação de Intervenção Federal com o objetivo de assegurar a observância desse princípio constitucional sensível, é imperativo constitucional:

- A) O provimento de representação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) após provocação do Procurador-Geral da República.
- B) A aprovação prévia e unânime do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.
- C) A requisição direta promovida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- D) O referendo prévio por maioria de dois terços do Senado Federal antes da edição do decreto presidencial.
- E) A autorização formal por lei delegada editada pelo Congresso Nacional.

Questão 38

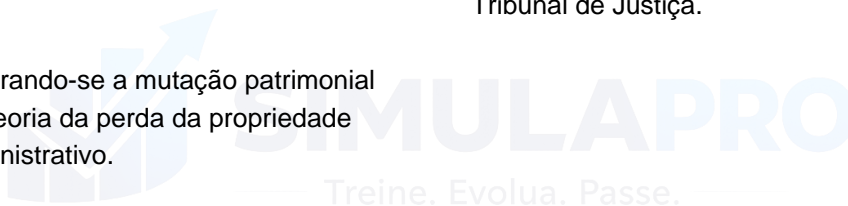
Um particular ocupa mansa e pacificamente, com ânimo de dono e sem qualquer oposição, por mais de trinta anos, uma área territorial registrada em nome de uma autarquia estadual de trânsito. O particular ingressou com ação judicial de usucapião extraordinária urbana. Diante do regime jurídico dos bens públicos instituído pela CRFB/88 e pelo Código Civil, o pedido do particular deverá ser julgado:

- A) Procedente, pois as autarquias possuem personalidade jurídica de direito privado, submetendo-se ao regime civil comum.
- B) Improcedente, uma vez que os bens imóveis públicos, pertencentes a qualquer entidade da Administração Direta ou Indireta, são imprescritíveis e não podem ser adquiridos por usucapião.
- C) Procedente, desde que o particular comprove não possuir outro imóvel e que a autarquia não utilizava o bem para finalidades institucionais.
- D) Improcedente, apenas se o imóvel estivesse localizado em faixa de fronteira ou terrenos de marinha públicos.
- E) Procedente, operando-se a mutação patrimonial pela aplicação da teoria da perda da propriedade por abandono administrativo.

Questão 39

O colegiado de uma Câmara Cível de um Tribunal de Justiça, ao julgar uma apelação, afastou expressamente a aplicação de um artigo de lei estadual sob o fundamento de que tal norma afrontava os princípios da isonomia e da razoabilidade insculpidos na Constituição Federal, sem submeter o tema ao Plenário do órgão. À luz da Súmula Vinculante nº 10 do STF e do Art. 97 da CRFB/88, a decisão da Câmara Cível padece de:

- A) Nenhum vício, pois órgãos fracionários de tribunais possuem ampla autonomia jurisdicional para declarar inconstitucionalidades.
- B) Violação à cláusula de reserva de plenário, o que acarreta a nulidade da decisão por descumprimento de norma constitucional cogente.
- C) Mera irregularidade sanável por meio de embargos de declaração simples.
- D) Incompetência funcional relativa, passível de preclusão caso as partes não recorram.
- E) Usurpação de competência privativa do Superior Tribunal de Justiça.



Questão 40

Visando atender a imperativos de relevante interesse público devidamente justificados, a chefia do Ministério Público do Estado decidiu rescindir unilateralmente um contrato de prestação de serviços logísticos vigentes, sem que houvesse qualquer culpa ou inadimplemento por parte da empresa contratada. Quanto aos direitos patrimoniais da empresa afetada, a Administração:

- A) Fica isenta de qualquer pagamento, visto que os contratos administrativos possuem cláusulas exorbitantes de submissão total do particular.
- B) Deve indenizar a contratada pelos prejuízos regularmente comprovados, além de garantir o pagamento dos lucros cessantes relativos às prestações já executadas e o ressarcimento dos custos de desmobilização.
- C) Deve pagar apenas o valor nominal fixado em multa penal contratual recíproca.
- D) Fica obrigada a prorrogar compulsoriamente outro contrato mantido com o mesmo prestador como forma de compensação fiscal.
- E) Submete-se ao pagamento de indenização integral fixada exclusivamente pelo Tribunal de Contas.

Questão 41

Um servidor público estadual solicitou ao órgão de previdência do Estado a emissão de uma certidão de tempo de contribuição detalhada para fins de averbação em outro cargo. Diante da recusa injustificada da autarquia previdenciária em emitir o documento no prazo de noventa dias, o servidor buscou assessoria jurídica. O remédio constitucional cabível para compelir o órgão à expedição da referida certidão é o:

- A) Habeas Data, visto que a informação postulada é estritamente de caráter pessoal do requerente.
- B) Mandado de Segurança, pois a recusa ou omissão viola o direito líquido e certo à obtenção de certidões em repartições públicas, assegurado no Art. 5º, XXXIV, da CF.
- C) Mandado de Injunção, ante a lacuna regulamentar dos prazos previdenciários.
- D) Habeas Corpus, devido à restrição indireta ao direito de ir e vir decorrente da retenção funcional.
- E) Ação de Cobrança Mandamental cumulada com tutela de evidência direta.



Questão 42

Um determinado servidor público do MPES cometeu uma falta funcional grave passível de demissão no ano de 2020. A infração também era capitulada como crime pela legislação penal. A Administração Pública tomou conhecimento da infração no mesmo ano, mas apenas instaurou o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) em 2026. Sobre a prescrição da pretensão punitiva da Administração, assinale a opção correta à luz das regras administrativas gerais e simétricas:

- A) A pretensão prescreveu inteiramente em 2 anos, prazo aplicável para qualquer falta funcional interna.
- B) A pretensão disciplinar não prescreveu, visto que, quando a falta funcional também é capitulada como crime, aplicam-se os prazos de prescrição previstos na lei penal.
- C) A instauração do PAD não sofre prazos prescricionais face ao princípio da supremacia do interesse público absoluto.
- D) Operou-se a prescrição intercorrente automática em razão do transcurso de 180 dias contados do fato.
- E) A pretensão punitiva prescreve em 5 anos fixos, independentemente da capitulação penal, contados da data da infração.

Questão 43

O Conselho Nacional do Ministério Público aplicou a sanção disciplinar de suspensão a um Procurador de Justiça de determinado Estado em virtude do descumprimento de deveres funcionais. Inconformado, o membro do Ministério Público decidiu ajuizar ação judicial com pedido de tutela de urgência para anular a sanção aplicada pelo órgão de controle. A competência originária e exclusiva para processar e julgar tal ação é do:

- A) Tribunal de Justiça do respectivo Estado-membro.
- B) Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- C) Supremo Tribunal Federal (STF).
- D) Juízo de uma das Varas da Fazenda Pública da Capital estadual.
- E) Tribunal Regional Federal da respectiva Região.

Questão 44

Uma fundação pública estadual de direito privado celebrou contrato de gestão com uma Organização Social (OS) para a administração compartilhada de hospitais públicos. Entidades sindicais insurgiram-se contra o modelo alegando burla ao princípio do concurso público. Alinhado com a jurisprudência fixada pelo STF em sede de repercussão geral, o contrato de gestão:

- A) É flagrantemente inconstitucional por transferir a execução de atividades típicas de Estado a entidades da iniciativa privada.
- B) É constitucional, sendo legítima a parceria com organizações sociais, as quais, por não integrarem a Administração Pública, não se submetem ao regime de concurso público para contratação de seus empregados, devendo adotar procedimentos objetivos com base em regulamento próprio.
- C) É constitucional, desde que os servidores da Organização Social sejam contratados pelo regime estatutário estrito através de teste de seleção simplificado.
- D) É inconstitucional, uma vez que fundações de direito privado não possuem competência legal para firmar contratos públicos bilaterais.
- E) É constitucional, implicando a automática estabilidade decenal de todos os funcionários alocados na prestação terceirizada.

Questão 45

O Governador do Estado instituiu, por meio de decreto publicado em 20 de dezembro de um determinado ano fiscal, a majoração da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre combustíveis, determinando que a cobrança da nova alíquota se iniciasse no dia 1º de janeiro do ano imediatamente seguinte. O referido decreto estadual padece de inconstitucionalidade material direta por ferir o princípio da:

- A) Irretroatividade tributária pura.
- B) Legalidade estrita e da anterioridade nonagesimal (noventena).
- C) Seletividade fiscal regional compulsória.
- D) Capacidade contributiva progressiva e isonomia concorrencial.
- E) Vedação ao confisco econômico imobiliário.

Noções de Administração e de Administração Pública

Questão 46

Com o advento da vertente do 'Public Service Orientation' (Serviço Orientado ao Cidadão) dentro do modelo gerencial, o foco da atividade administrativa expandiu-se para além dos critérios de mercado e eficiência financeira pura. Essa evolução conceitual passou a exigir do gestor público uma atuação focada prioritariamente na:

- A) Restauração dos privilégios estamentais do modelo patrimonial.
- B) Equidade, justiça social, cidadania e accountability (prestação de contas), tratando o usuário como cidadão portador de direitos e coprodutor do serviço.
- C) Maximização de lucros operacionais em empresas estatais concorrenciais.
- D) Manutenção do sigilo permanente sobre auditorias de desempenho interno.
- E) Centralização das rotinas operacionais no gabinete da chefia executiva.

Questão 47

No âmbito do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), o processo de transferência de atividades do setor de 'Serviços Não Exclusivos' do Estado (como hospitais e universidades) para o setor público não estatal (Organizações Sociais), por meio da celebração de contratos de gestão, denomina-se:

- A) Privatização comercial.
- B) Estatização orgânica.
- C) Publicização.
- D) Desconcentração centralizada.
- E) Securitização de ativos.

Questão 48

Um comitê de gestão do MPES necessita priorizar quais processos de trabalho digitais do SEI devem passar por redesenho e simplificação imediata devido ao estoque acumulado de atrasos. Para classificar a prioridade com base nos fatores de Gravidade, Urgência e Tendência, a ferramenta da administração adequada a ser utilizada é a:

- A) Análise Swot macro.
- B) Matriz de Ansoff concorrencial.
- C) Matriz GUT.
- D) Gráfico de Gantt operacional.
- E) Fórmula paramétrica de regressão.

Questão 49

Caso uma Comissão de Ética instituída em um órgão da Administração Pública verifique, após o devido processo administrativo de apuração, que um servidor violou frontalmente as diretrizes morais e deontológicas da carreira, a única penalidade formal que a referida comissão possui competência legal para aplicar diretamente ao infrator é a:

- A) Demissão a bem do serviço público.
- B) Censura ética (com o respectivo parecer fundamentado assinado e anexo ao assentamento funcional).
- C) Suspensão preventiva sem remuneração por 30 dias.
- D) Multa civil cumulativa correspondente ao subsídio profissional.
- E) Cassação compulsória dos direitos políticos estaduais.

Questão 50

A Diretoria de Modernização do MPES realizou uma visita técnica e um estudo comparativo detalhado das práticas de gestão de arquivos eletrônicos desenvolvidas pelo Ministério Público de outro Estado-membro, buscando identificar os fatores de sucesso e adaptá-los à sua realidade interna. Essa ferramenta de gestão da qualidade denomina-se:

- A) Reengenharia estrutural disruptiva.
- B) Benchmarking.
- C) Brainstorming operacional.
- D) Just-in-time documental.
- E) Análise de variância fatorial.

Questão 51

Durante as rotinas eletrônicas de gestão de processos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do MPES, o trâmite sequencial e concomitante de um mesmo processo digital entre três promotorias de justiça distintas localizadas em municípios diferentes é operacionalizado por meio da:

- A) Duplicação de cópias do banco de dados na TI.
- B) Tramitação simultânea (o processo permanece aberto e acessível para visualização e inserção de documentos em todas as unidades envolvidas concomitantemente).
- C) Remessa obrigatória do token de acesso físico via malote público.
- D) Suspensão das assinaturas eletrônicas das duas unidades mais recentes.
- E) Conversão compulsória do arquivo eletrônico em formato de imagem estática.

Questão 52

Ao receber um novo requerimento físico no balcão de atendimento, o servidor encarregado do protocolo realiza a sua digitalização e insere as informações básicas de identificação no sistema (como nome do interessado, assunto, data de entrada e número de páginas). Na gestão documental contemporânea, esse conjunto de dados estruturados que descrevem e dão suporte à recuperação da informação denomina-se:

- A) Indexação analógica espelhada.
- B) Metadados.
- C) Chave de criptografia assimétrica.
- D) Tabela de indexadores flutuantes.
- E) Protocolo de transição diferida.

Questão 53

Os instrumentos de transparência da gestão fiscal, previstos na legislação de responsabilidade fiscal brasileira, visam assegurar o controle social e a governança das contas públicas. Assinale a opção que indica o relatório de publicação quadrimestral obrigatória pelo Ministério Público que detalha, dentre outros parâmetros, os limites de despesas com pessoal:

- A) Balanço Patrimonial Consolidado.
- B) Relatório de Gestão Fiscal (RGF).
- C) Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).
- D) Demonstrativo de Fluxo de Caixa Centralizado.
- E) Matriz de Riscos Fiscais Extraordinários.

Questão 54

Nas rotinas de recepção de denúncias e atendimento ao cidadão no MPES, o tratamento de dados pessoais sensíveis (como filiação partidária, convicção religiosa ou dados de saúde de investigados) deve submeter-se a cuidados estritos. De acordo com as diretrizes de confidencialidade e proteção de dados, o servidor que lida com essas informações está obrigado a:

- A) Divulgar os dados sensíveis livremente em redes sociais para fins de transparência informal.
- B) Garantir que o tratamento e o acesso a esses dados sensíveis fiquem restritos estritamente às autoridades e servidores necessários à instrução do procedimento, zelando pelo sigilo profissional e pela segurança da informação.
- C) Eliminar os dados sensíveis do sistema eletrônico para evitar o esforço de classificação.
- D) Fornecer os dados sensíveis a qualquer cidadão que os requeira verbalmente na recepção.
- E) Transferir os metadados sensíveis para empresas privadas de publicidade comercial.

Questão 55

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo convocou e realizou uma audiência pública em um município do interior para debater os impactos ambientais de uma obra de barramento hídrico local, permitindo a manifestação verbal de moradores e especialistas da região. Sob o prisma da Administração Pública, a audiência pública atua diretamente como instrumento de:

- A) Centralização das decisões discricionárias da chefia.
- B) Controle social e fomento à participação democrática direta dos cidadãos na gestão pública.
- C) Imunização jurídica de contratos administrativos contra fiscalizações judiciais.
- D) Substituição compulsória das competências do Poder Legislativo municipal.
- E) Arrecadação de taxas e contribuições parafiscais setoriais.

Questão 56

A Corregedoria-Geral do MPES fixou a meta institucional de realizar a inspeção anual em 100% das promotorias de justiça criminais do Estado até o final do ano civil. Ao fechar o relatório de encerramento do exercício, constatou-se que a equipe inspecionou exatamente as 100% das unidades planejadas. Esse indicador focado estritamente no atingimento nominal das metas e objetivos previstos avalia a:

- A) Eficiência de custos fiscais.
- B) Eficácia.
- C) Efetividade social secundária.
- D) Equidade procedimental mitigada.
- E) Economicidade de insumos logísticos.

Questão 57

No ecossistema da Administração Indireta, as entidades que dispõem de patrimônio totalmente personalizado ou personificado, destinadas a fins sociais, culturais ou assistenciais, criadas ou autorizadas por lei, denominam-se fundações públicas. Quando uma fundação pública é instituída com personalidade jurídica de direito público, seu regime jurídico equipara-se ao de uma:

- A) Sociedade de economia mista mercantil.
- B) Autarquia (sendo designada pela doutrina como fundação autárquica).
- C) Empresa pública de capital misto concorrencial.
- D) Organização Social civil qualificada temporariamente.
- E) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Questão 58

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública) traçou diretrizes para a avaliação contínua da maturidade da gestão das organizações públicas brasileiras. Dentre os critérios e blocos avaliativos que estruturam o modelo de excelência na gestão pública contemporânea, assume papel de centralidade absoluta o foco no:

- A) Apego ao formalismo e procedimentos internos rigorosos.
- B) Cidadão e na entrega de resultados de valor público à sociedade de forma transparente.
- C) Aumento das estruturas hierárquicas e níveis verticais de comando.
- D) Sigilo absoluto das contas internas e execução orçamentária.
- E) Fortalecimento do clientelismo nas nomeações comissionadas.

Questão 59

A aplicação de uma penalidade de suspensão a um servidor estatutário do MPES pela autoridade competente, em decorrência do cometimento de uma infração funcional devidamente apurada em Processo Administrativo Disciplinar (PAD), materializa a aplicação prática e direta do seguinte poder administrativo:

- A) Regulamentar autônomo.
- B) De Polícia.
- C) Disciplinar (fundado na supremacia interna do Estado e na relação de subordinação hierárquica/vínculo funcional).
- D) Vinculado concorrente internacional.
- E) Discricionário puro imune a controles de legalidade.

Questão 60

O descarte de documentos e processos administrativos públicos cujo prazo de temporalidade expirou e cuja eliminação foi formalmente autorizada pela comissão competente não pode ocorrer de forma arbitrária. Para garantir a segurança da informação, a proteção de dados sensíveis e o respeito às normas arquivísticas, o método correto de eliminação é a:

- A) Incineração forçada fornalha aberta em praça pública residencial.
- B) Fragmentação mecânica (ou trituração industrial), garantindo a desfiguração total do suporte físico que impeça a leitura de dados, acompanhada pela publicação obrigatória do Edital de Eliminação.
- C) Venda sumária dos calhamaços de papel intactos para depósitos de sucatas informais.
- D) Abandono dos autos físicos em lixões municipais comuns a céu aberto.
- E) Doação direta dos processos sob sigilo para bibliotecas escolares privadas.

Redação - Dissertativo-Argumentativo - Estilo FGV

Tema

A judicialização das políticas públicas como reflexo da ineficiência administrativa: ativismo judicial ou salvaguarda dos direitos fundamentais?

Textos motivadores

Texto 1 - Excerto Técnico / Doutrinário: A tripartição dos poderes, consagrada na Constituição Federal de 1988, estabelece fronteiras funcionais entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Ao Executivo cabe a primazia da formulação e execução de políticas públicas, gerindo os recursos orçamentários sob os critérios de conveniência e oportunidade (mérito administrativo). Contudo, o fenômeno crescente da judicialização da política tem deslocado o polo de tomada de decisão. Quando o cidadão recorre ao Judiciário para garantir prestações materiais básicas — como vagas em creches, fornecimento de medicamentos de alto custo ou cirurgias —, o juiz passa a interferir diretamente na alocação de recursos públicos. Esse cenário levanta um debate essencial: a intervenção judicial corrige uma omissão inconstitucional da máquina administrativa ou desestrutura o planejamento orçamentário e fiscal gerido pelos órgãos competentes?

Texto 2 - Análise Jurisprudencial / Princiologia: A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou o entendimento de que o Poder Judiciário pode, em situações excepcionais, determinar que a Administração Pública implemente políticas públicas previstas na Constituição, quando a omissão estatal inviabilizar o núcleo essencial dos direitos fundamentais (mínimo existencial). O argumento administrativo da 'reserva do possível' — que alega a escassez de recursos financeiros para justificar o não atendimento de demandas — tem sido mitigado pelos tribunais quando confrontado com a dignidade da pessoa humana. Por outro lado, defensores da autocontenção judicial alertam para o risco do 'ativismo judicial', argumentando que magistrados, por não possuírem legitimidade democrática direta (voto popular) nem formação técnica em gestão e finanças públicas, tendem a proferir decisões isoladas que agravam as desigualdades regionais e beneficiam apenas quem tem acesso à justiça.

Texto 3 - Dados Estatísticos / Controle Social: Dados consolidados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontam um crescimento de mais de 130% nas ações judiciais que envolvem o direito à saúde e à educação nos últimos cinco anos. Relatórios das Ouvidorias do Ministério Público e dos Portais da Transparência indicam que o cumprimento de decisões judiciais urgentes consome, em alguns municípios pequenos, até 15% do orçamento total da saúde, estrangulando as verbas destinadas a programas preventivos e de atenção básica (como exames de rotina e vacinação). O impasse central reside em discernir se a judicialização massiva representa o ápice do controle social e da eficácia dos remédios constitucionais na proteção do cidadão ou se traduz o colapso estrutural da eficiência administrativa, que falha na entrega de serviços básicos na fase de execução tática e operacional.

Instruções para a redação

- Com base na leitura dos textos motivadores e nos seus conhecimentos estruturados, redija um texto dissertativo-argumentativo em prosa, na norma-padrão da Língua Portuguesa.
- Seu texto deve apresentar uma tese clara, argumentos consistentes e uma conclusão lógica sobre o tema proposto.
- Defenda o seu ponto de vista de forma fundamentada, demonstrando domínio das regras gramaticais e de coesão textual.
- O texto final deve ter entre 20 e 30 linhas (conforme o padrão da banca).

Escreva seu texto em, no mínimo, 20 linhas e, no máximo, 30 linhas.

Folha de redação

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30



Folha de respostas

Q	A	B	C	D	E
01	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
02	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
15	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
16	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
17	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
18	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
19	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
20	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
21	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
22	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
23	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
24	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
25	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
26	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
27	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
28	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
29	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
30	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
31	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
32	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
33	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
34	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
35	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
36	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
37	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
38	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
39	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
40	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
41	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
42	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
43	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
44	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
45	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
46	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
47	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
48	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
49	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
50	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
51	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
52	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
53	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
54	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
55	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
56	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
57	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
58	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
59	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
60	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

